


Dossiê

Descolonizando o global: perspectivas africanas da literatura-mundo*

Inocência Mata 

* Este texto resulta da Aula Inaugural no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da UFF, no âmbito do Projeto PRINT/CAPE/UFF: *História, circulação e análise de discursos literários, artísticos e sociais*, no dia 23 de Setembro de 2024.

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre o lugar das literaturas africanas no campo contemporâneo da chamada literatura-mundo, tal como formulada pelo Institute for World Literature (IWL/Harvard University), com base nas contribuições teóricas de David Damrosch. A análise parte do pressuposto de que a literatura africana contemporânea participa de um duplo movimento: por um lado, reafirma filiações históricas, culturais e linguísticas marcadas pelas lutas de afirmação nacional; por outro, estabelece um diálogo crítico com o sistema literário mundial, ainda operando sob lógicas hierárquicas herdadas da colonialidade. Tendo como ponto de partida a ideia do “perigo de uma história única” (de Chimamanda Adichie), que denuncia os estereótipos e reivindica a reinscrição de vozes africanas em gramáticas transnacionais, o artigo articula uma reflexão teórica sustentada em autores como Dipesh Chakrabarty (Provincializing Europe, 2000), que propõe uma descolonização do pensamento capaz de tornar visíveis outras histórias e epistemologias sem subordiná-las ao modelo ocidental de modernidade; Ngũgĩ wa Thiong’o, cuja noção de “globalética” (Globalectics, 2012) defende a descolonização do imaginário e da linguagem como condição para uma globalização autêntica; e Felwine Sarr, que, em Afrotopia (2019), propõe uma modernidade africana fundada em epistemes locais e imaginários de futuro. Em conjunto, essas abordagens apontam para a urgência de reconfigurar os termos de pertencimento global. A partir dessas premissas, defende-se que os diversos corpora literários africanos devem ser compreendidos não como periferias, mas como centros discursivos capazes de reorientar os modos de pensar o literário, o tempo histórico e o universal. Questiona-se, assim, o modelo de literatura-mundo enquanto sistema de inclusão acrítica e propõe-se uma concepção de globalidade fundada na diversidade radical de cosmovisões e vozes. Conclui-se que o reposicionamento das literaturas africanas não se realiza por meio da assimilação aos parâmetros do centro, mas pela capacidade de formular outras centralidades – enraizadas, plurais e insurgentes. O gesto de “fazer mundo” (world-making) a partir de África é simultaneamente literário, político e epistêmico, e impõe a necessidade de repensar as categorias da crítica literária global.

Palavras-chave: literaturas africanas; literatura-mundo; redes globais; espaços transnacionais; descolonização do cânone e do conhecimento.

Silvio Renato Jorge
Editor-chefe dos
Estudos de Literatura

José Luis Jobim
Wail S. Hassan
Editores convidados

Disponibilidade de dados:
Todo o conjunto de
dados que dá suporte aos
resultados deste estudo foi
publicado no próprio artigo.

¹Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Comparatistas, Lisboa, Portugal.
E-mail: mata.inocencia@gmail.com

Recebido: 21/02/2025
Aprovado: 19/05/2025

Como citar:

MATA, Inocência. Descolonizando o global: perspectivas africanas da literatura-mundo. *Gragoatá*, Niterói, v. 30, n. 67, e68047, maio.-ago. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v30i67.68047.pt>

Eu amava aqueles livros americanos e britânicos que lia. Eles despertaram minha imaginação. Abriram mundos novos para mim, mas a consequência não prevista foi que eu não sabia que pessoas iguais a mim podiam existir na literatura. O que a descoberta de escritores africanos fez por mim foi isto: salvou-me de ter uma história única sobre o que são os livros.

Chimamanda Ngozi Adichie,
O perigo de uma história única, 2009

A gramática da geopolítica do valor cultural e estético

Na crítica e na historiografia literárias, às vezes no próprio Sul Global, as literaturas africanas são ainda vistas como periféricas dentro do sistema literário mundial, posicionadas na margem das grandes tradições ocidentais, que continuam a erigir-se a bissetriz da “avaliação” literária das obras dessas literaturas. Com efeito, a cultura literária, que ainda é vazada quase exclusivamente nos manuais escolares dos países *periféricos*, continua a ser primordialmente ocidental. Um olhar sobre os escritores ausentes dos planos curriculares nos vários Departamentos de Português por este mundo afora ou sobre os manuais de Português em uso nos Cinco países africanos de língua portuguesa mostram o quão eurocêntrico – lusocêntrico, particularmente – é ainda o ensino da literatura, ainda que os manuais refiram, aqui e ali, com bondade, diferenças de cultura literária. E sabemos que a diferença nomeia também uma relação, na medida em que ao *separar* também *liga*.

Se houve um tempo em que essa prevalência era vista como uma inevitabilidade (por escassez, argumentava-se, de uma tradição literária, como entendida pela teoria literária), hoje é muito inquietante ver como se processou a naturalização dessa situação de obediência a um prescritivo cânone. O queniano Ngũgĩ wa Thiong’o alia a obediência ao cânone – a que ele chama, na sua reflexão sobre a “política do cânone”, “a pureza da civilização ocidental”, concentrada, no campo literário, em Shakespeare – a outro aspecto: as constantes omissões da história relacionadas com o colonialismo, os momentos de repressão e o neocolonialismo, em debates sobre a constituição da modernidade e da pós-modernidade (Thiong’o, 1997, p. 3). Isto é, o cânone tem de ser lido no contexto de uma realidade historicizada.

No entanto, a teoria pós-colonial e o reconhecimento crescente de autores africanos no cenário global têm permitido um reposicionamento dessas literaturas. Elas começaram a ser vistas não mais como subprodutos de uma cultura dominante, satélites das literaturas ocidentais, mas como fontes autónomas de inovação e reflexão crítica.

Há quase duas décadas e meia, o historiador indiano Dipesh Chakrabarty começou a sua reflexão sobre a sua proposta epistemológica de “provincializar a Europa” com um para ele necessário esclarecimento sobre “The Idea of Provincializing Europe”:

Provincializing Europe não é um livro sobre a região do mundo a que chamamos de “Europa”. Essa Europa, pode-se dizer, já foi provincializada pela própria história. Os historiadores há muito reconhecem que a chamada “era europeia” na história moderna começou a dar lugar a outras configurações regionais e globais em meados do século XX. A história europeia não é mais vista como uma “história humana universal” (Chakrabarty, 2008, p. 3, tradução minha).¹

O livro de Dipesh Chakrabarty, *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, é de 2000.² Porém, é interessante notar que, na edição de 2008 (o livro já tem muitas edições), o autor acrescenta um prefácio intitulado “Provincializing Europe in Global Times”, em que aprofunda essa desconstrução da universalidade dos tempos europeus:

Apesar de todas as críticas que poderiam ser feitas a Roland Barthes, a sua ideia de que um mito funciona fazendo com que o histórico pareça “natural” tinha algum fundamento. É claro que, por “histórico”, Barthes não se referia a nada que pudéssemos encontrar em livros sobre história, porque, para ele, esses livros pertenciam eles próprios a sistemas míticos de representação. (...) “Provincializar” a Europa era precisamente descobrir como e em que sentido as ideias europeias que eram universais eram também, ao mesmo tempo, extraídas de tradições intelectuais e históricas muito particulares que não podiam reivindicar qualquer validade universal. (Chakrabarty, 2008, p. ix/xiii, tradução minha)³.

Para tornar mais robusta a sua teoria, Chakrabarty depois relata o processo de consciencialização através da sua própria experiência, a história do seu próprio deslocamento na vida quotidiana de uma forma tanto metafórica quanto física (2008, p. x), para, através disso, explicar a sua inquietação em relação ao facto de a história da Europa não ser projectada enquanto história europeia, mas simplesmente como “história”. Chakrabarty argumenta que as categorias da modernidade europeia foram naturalizadas como universais, ofuscando outras formas de temporalidade, historicidade e organização social – ao ponto de “o resto do mundo” ter de se pensar a partir de uma epistemologia temporal completamente europeia: Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna, Contemporaneidade, Época Pré-Colombiana, e por aí fora...

A anunciada necessidade de se questionar aquilo que ficou aturadamente conhecido como “o perigo de uma história única” (perigo tão vãmente citado, porém raramente tido em conta) poderia fazer com que a margem, nesse contexto, deixasse de ser um lugar de ausência ou atraso para se tornar um ponto de partida para a reimaginação crítica do mundo. Nem por isso. E a vivência dessa “história única” é também a história não propriamente da minha vida – embora ainda não tivesse essa consciência – mas da minha formação académica. Não “comecei a escrever sobre coisas que eu reconhecia”, como fez Chimamanda, que para tal não tinha nenhum dom ou qualquer capacidade, mas comecei a interrogar-me sobre o meu incômodo e, até, uma certa revolta.

¹Original: *Provincializing Europe* is not a book about the region of the world we call “Europe.” That Europe, one could say, has already been provincialized by history itself. Historians have long acknowledged that the so-called “European age” in modern history began to yield place to other regional and global configurations toward the middle of the twentieth century. European history is no longer seen as embodying anything like a “universal human history.”

²A edição citada neste artigo é de 2008, revista e aumentada.

³Original: For all the criticisms that could be leveled at him, Roland Barthes’ idea that a myth works by making the historical seem “natural” had something to it. Of course, by “historical,” Barthes did not mean anything we could find in books about history, because, for him, such books would themselves belong to mythic systems of representation. (...) To “provincialize” Europe was precisely to find out how and in what sense European ideas that were universal were also, at one and the same time, drawn from very particular intellectual and historical traditions that could not claim any universal validity.

Começarei, pois, por uma nota pessoal sobre o que determinou não apenas o meu percurso como professora de literatura e crítica literária, senão também com essa constante inquietação e, até, um incômodo sentimento de injustiça cultural. Enquanto aluna na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a filosofia de ensino, nunca explicitada, porém sempre praticada, era de que os escritores estudáveis teriam de estar mortos, sendo que os únicos escritores vivos que estudei na minha licenciatura foram Herberto Helder (1930-2015) e Fernando Namora, que haveria de falecer pouco tempo depois, em 1989. Essa filosofia também permearia a ideia de que as literaturas africanas eram “literaturas menores”, pois grande parte dos escritores que estudei estavam vivos; e também que a *universalidade* não era apanágio de todos os escritores, mas derivava do sentido dos “grandes livros e os escritores essenciais de todos os tempos”, conforme formularia anos depois Harold Bloom, no seu tão instigante quanto beligerante livro, *O cânone Ocidental* (*The Western Canon*, 1994). Assim, a promessa de universalismo é atravessada por dinâmicas de consagração e tradução que reiteram desigualdades (neo)coloniais.

Sabemos que essa perspectiva bloomiana de cânone, em que predomina a geocultura literária anglo-saxónica, mas que em alguns outros escritores europeus (e nesse grupo incluo Jorge Luís Borges) estão representados, é construída com base em critérios aparentemente de exclusividade literária, sem ter em conta valores socioculturais e históricos, que são igualmente duas dimensões importantes da literatura enquanto sistema, coexistentes com a dimensão estética que, sendo fundadora do literário, não é a única a construir a literariedade, como tão claramente explica Carlos Reis no seu livro *O conhecimento da literatura*, publicado um ano depois (1995), que parecia “responder” à dimensão bloomiana tão restritamente prescritiva de cânone. É tal desconsideração dessas outras duas dimensões do literário que talvez explique – para além da questão ideológica, claramente – considerações como “literaturas de tam-tam”, “literaturas menores”, “literaturas muito locais” “literaturas políticas”, atribuídas às literaturas africanas, era eu aluna do saudoso Prof. Manuel Ferreira. A ideia ostensivamente prevalecente era a de que a boa literatura seria uma “literatura sem chão” – o que seja que isso significava, quando se pensa, por exemplo, em Gabriel García Márquez e Aracataca onde situa a sua fictícia Macondo; ou Pepetela e Luanda onde situa a fictícia Calpe, Miguel Torga e a sua Beira Alta, Jorge Amado e a sua Bahia, Manuel de Barros e o seu Corumbá (Mato Grosso)... Esses são pressupostos (deveria dizer preconceitos) que ainda perduram, hoje (século XXI), em certa academia portuguesa, quando, por exemplo, a um estudante que tenha como objecto de investigação da sua tese a obra de um escritor africano que não seja *mediático* (o que vale dizer, *grosso modo*, luso-descendente) se pergunta se *tal escritor/a vale mesmo a pena* – pergunta que, obviamente, não existe quando se trate de escritor europeu, mesmo

se um escritor menos conhecido (e não se pode, aliás, negligenciar o facto de que, no contexto actual, as instâncias de legitimação literária tal como as conhecíamos alteraram, sendo a mediatização do escritor uma das instâncias mais poderosas dessa legitimação). Ou a atitude de um júri perante uma investigação que tenha como objecto Fernando Pessoa ou Camões por um lado, Chinua Achebe ou Pepetela, por outro; ou um júri que vai avaliar competências pedagógicas, investigação e produção em estudos literários africanos sem que nenhum jurado seja da área, revelando o pressuposto da não-complexidade da área... Assim como, por exemplo, ninguém acha grave que um qualquer professor de literatura não tenha lido uma única linha do nigeriano Wole Soyinka, do egípcio Naguib Mahfouz, do costa-marfinense Ahmadou Kourouma ou do argelino Yasmina Khadra, mas gravíssimo que não conheça o francês Marcel Proust, o espanhol Camilo José Cela, o russo Anton Tchekhov, o franco-argelino (na verdade, francês) Albert Camus, o irlandês James Joyce ou o norte-americano Ernest Hemingway!

Vivi como estudante esse gesto de insidiosa desvalorização do meu objecto de estudo que, no entanto, não se pode dizer que seja passado. A minha vida profissional tem sido uma sucessão de episódios de desvalorização das literaturas e culturas africanas – o que venho designando racismo cultural e epistémico. E fosse eu alguém com problemas de autoestima e certamente desenvolveria em relação a este que é hoje um dos meus objectos de estudo uma das duas relações: ou desconfiança apriorística (mesmo antes de conhecer a obra) ou incondicional celebração. Julgo que é possível vencer esse larvar racismo cultural e epistémico ao olhar para as literaturas africanas como olho para as europeias: sistemas em que há bons escritores, e maus escritores também.

Os anos 1990 e seguintes podem, em todo o caso, considerar-se a época de abordagens comparatistas entre um escritor africano e um do “cânone ocidental” – o que parecia ser um avanço na crítica das literaturas africanas que estavam confinadas a um estudo demasiado circunscrito a nacionalidades. Sobretudo porque sabemos que era assim no campo dos estudos literários africanos, quando a perspectiva comparatista (quase) se restringia aos *corpora* das literaturas dos Cinco⁴ que, embora se reconhecesse pertencerem a sistemas culturais e geográficos diferentes, eram consideradas bem próximos em termos históricos e simbólicos (Mata, 2013). Mas esse (novo) olhar comparatista trazia consigo o cartuxo de um pretensão *upgrade* do estatuto desse escritor africano, que acabava sempre por entrar, ou não, na galeria do *universal*. E tal gesto avaliativo acontece ainda hoje, quando a comparação de um escritor africano se faz exclusivamente com um outro do “cânone ocidental” para o elevar a *universal*...

⁴ Como sempre faço questão de referir, privilegio esta designação dos países de língua portuguesa de África, em detrimento de PALOP, não apenas pelo equívoco que encerra (são países de outras línguas também, sobretudo do crioulo que em três deles é realmente “língua nacional”), mas sobretudo na esteira de Mário Pinto de Andrade para quem a designação “os Cinco” resgata a utopia da fraternidade dos tempos da luta anticolonial, com a criação da CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, fundada sob a égide de Amílcar Cabral e Aquino de Bragança, em 1961, em Rabat, Marrocos.

Tropos de exclusão e insistências da/na literatura-mundo

Num longínquo ensaio que já conta duas décadas, “O universal e o local nas literaturas africanas: uma dicotomia sem suporte” (Mata 2004), eu referia a visão eurocêntrica – *ocidentocêntrica*, na verdade – que decorria de uma crítica a que subjaziam mediações do “centro” que, em rigor, continua(va) a funcionar como “centro metropolitano” e a quem convinha (e ainda convém) a rarefacção (ou desvanecimento) do real histórico (Mata, 2004, p. 11). Ficaria agradavelmente surpreendida ao ver que anos depois, em 2012, Ngũgĩ wa Thiong’o proporia o termo *globalectics* no seu *Globalectics: Theory and the Politics of Knowing* (2012) como proposta de uma superação do binarismo local/global (e muito mais superações, como mais adiante se verá).

Ao referir, embora de forma muito sintética, o meu percurso como estudante e como professora de literatura quis mostrar como essa categoria da crítica – *literatura-mundo* – me permitiu e tem permitido o desafio de um diálogo a partir de diferentes “pontos de observação” (H. Buescu) e a neutralização de uma “sensibilidade civilizada” (T. Eagleton) no estudo da literatura. Porque esses gestos verbais sempre me perseguiram – melhor, sempre me assombraram. Beligerante como pareço ser (pois este é um epíteto com que muitas vezes se brindam pessoas que não se submetem a um condensado epistémico), incomodava-me imenso ler na crítica jornalística ou na crítica académica considerações sobre escritores africanos a partir do estabelecimento de uma perversa oposição entre “local” e “universal” – redutores binarismos, a que chamo tropos, na esteira de Hayden White, em *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura* (1994). Ainda hoje, embora muito menos, há críticos que continuam a rotular como *local* o escritor que traz para a cena literária as urgências da sociedade em que vive, e como *universal* sobretudo aquele escritor em cuja escrita encontram um pretenso diálogo com algum escritor do *centro*, europeu, com problemáticas ocidentais: por exemplo, um escritor falar da II Grande Guerra e dos campos de concentração e de extermínio nazis, como Primo Levi, seria *universal*; se, por seu turno, o escritor falar das guerras civis da Libéria e da Serra Leoa e das crianças-soldado, como Ahmadou Kourouma, seria *local* – não obstante os romances, *Se isto é um homem* e *Alá não é obrigado/Alá e as crianças soldados* serem, ambos, um libelo contra a morte moral do indivíduo. O subtexto ideológico parece-me bem evidente e não se reduz ao “estético”, como todos sabemos.

É a consciência dessa situação que se tem traduzido, aliás, no mal-estar (depois transformado em inquietação epistémica) que arrasto desde há, pelo menos, duas décadas, e que exprimi (de forma muito rudimentar, hoje reconheço) no referido ensaio, em que questionava a percepção, para mim ostensivamente eurocêntrica, segundo a qual apenas o escritor que tivesse preocupações decorrentes de espaços considerados “cosmopolitas” seria *universal*... Na altura, 2004, ainda não conhecia a categoria *literatura-mundo* (embora ela já estivesse a ser usada

como instrumento de análise desde 2003, tendo sido conceptualizada no inaugural livro de David Damrosch, *What is World Literature?*), pois, na verdade, enquanto instrumento de análise, é um conceito da teoria da crítica que conta pouco mais de duas décadas.

Se comecei este texto com as reflexões de Chakrabarty foi para falar da necessidade de descolonização do estudo da literatura africana e da mais-valia da literatura-mundo nesse processo de repensar a eurocentralidade dos estudos literários (Mata, 2013). Poderia subsumir todas essas preocupações no conceito de *provincialização* do cânone literário (ocidental) como ele é prescrito (na crítica e na historiografia literárias e nos manuais escolares) e, por consequência, dos estudos de literatura. Em todo o caso, ao transpormos a crítica de Chakrabarty para o campo da literatura, percebe-se que o discurso da literatura-mundo frequentemente também acaba por operar com a ideia de que certas obras são legíveis globalmente apenas na medida em que se alinham a estéticas, géneros e temas reconhecíveis por um público leitor do centro hegemónico – foi o próprio Damrosch a “confessar”, num texto de 2006, que antes a literatura-mundo podia ser dividida em “grandes autores” e “autores menores”⁵ (Damrosch, 2006, p. 45). Apesar disso, as minhas inquietações (já quase a transformarem-se em obsessão epistémica), que foram sendo amenizadas pelos dispositivos epistemológicos da crítica pós-colonial, ganharam novo alívio com a noção de literatura-mundo, um campo de leitura e crítica que afirma a obra literária como espaço de trânsito, conflito e diálogo entre culturas, neutralizando hierarquias entre centro e periferia e valorizando o pluralismo das vozes e dos contextos. Uma categoria que (me) permitia problematizar e propor outros modos de ler essas literaturas vistas como *(semi)periféricas*, sempre pensadas em função de autores e literaturas do Norte Global, geografia onde é pressuposto gerar-se o valor literário.

Essa é a razão por que considero ser esta categoria da crítica literária imbuída de uma eficaz “mais-valia epistemológica” (Mata 2020), pois *força* à abertura ao conhecimento (e consumo) de outras sensibilidades literárias de conteúdo cultural, ainda que possam ser mediados por uma perspectiva “ocidentalizante” (quer cultural quer étnico-racial, critério que não se deve negligenciar, ainda que no mundo da língua portuguesa ainda provoque muita incomodidade). Como afirmei em outro lugar,

Parece produtivo (...) solapar geografias estritamente nacionais, para reter a complexidade dos *corpora* e obras que captam diferentes experiências do mundo vazadas em escritas em trânsito por meio de redes de circulação que a tradução pode proporcionar, aparte o anglocentrismo que tem caracterizado, de forma quase glotofágica, o mundo da literatura (incluindo o seu estudo na Academia), e não apenas no Ocidente. (Mata, 2023, p. 45-46).

Por outro lado, não é de se negligenciar o facto de que por esse critério *extravertido* (Hountondji, 2008) o exótico tem um lugar importante,

⁵Formerly, world literature could be divided into ‘major authors’ and ‘minor authors’.

que acaba por influenciar essa abertura epistemológica, embora por um viés que considero menos edificante, na medida em que o exótico releva de um processo de construção geográfica da alteridade que é própria do Ocidente colonial (Staszak, 2008, p. 7). Isto é, da visão ocidentalizante do Outro – afinal, nem sequer é nova a óbvia ideia (que carece de ser repetida, em todo o caso) de que nenhuma civilização se construiu com base na imitação cega de outros povos (Thiong’o, 1997, p. 67). Com efeito, esse processo implica não apenas a reificação do Outro, reduzido a um papel estereotipado num cenário pitoresco. Mas simultaneamente esse mesmo escritor, que “cumpre” esse papel, é desvalorizado segundo uma sobranceira ética (da) estética... E isso mesmo podendo afirmar-se, sem receio de qualquer gesto mais temerário, que os mundos configurados nas literaturas africanas são desenhados a partir de múltiplas trajetórias transculturais das personagens, o que poderia entender-se como critério da modernidade (só não o sendo se esses trânsitos forem em geografias africanas) – por isso se vem falando de *literaturas afropolitanas*: “Afropolitan literatures” (Birgit Neumann e Gabriele Rippl. 2017; Juan Meneses, 2020; Anna von Rath, 2020), “Afroplitan writing” (Betiel Wasihun 2016), “Afropolitan aesthetics” (Chielozona Eze 2020), apenas para citar alguns dos mais recentes estudos sobre “African/Afropolitan World Literatures” nas Academias ocidentais, da Europa e dos Estados Unidos mormente... De forma convergente, Felwine Sarr, em *Afrotopia* (2019), insiste na necessidade de África construir uma modernidade própria, fundada nas suas referências culturais e filosóficas.

Num contexto global de pane de projeto de civilização, a Utopia Africana consiste em abrir outros caminhos de convivialidade, em rearticular as relações entre as distintas ordens: cultural, social, econômica e política, criando novo espaço de significações e ordenando uma nova escala de valores, desta vez fundada em suas culturas e em suas ontomitologias. (Sarr, 2019, p. 27).

A literatura, nesse projecto de “reinvenção de si”, de *se lançar ao mar aberto*, torna-se um instrumento de criação de futuros, e não apenas de representação do passado ou da dor colonial. Essa literatura “afrotópica” dialoga com o mundo, mas não se define em relação a ele – ela é “mundo” por direito e por invenção, pois para Felwine Sarr:

O Afrotopos é esse lugar da África, cujo advento precisa ser acelerado para a realização de suas auspiciosas potencialidades. (...) A Afrotopia é uma utopia ativa, que se atribui a tarefa de, na realidade africana, trazer à luz os vastos espaços do possível e fecundá-los” (Sarr, 2019, p. 14).

Através dessas duas citações, pretendo apresentar o argumento de que as literaturas africanas não apenas se inserem na *Literatura-Mundo*, mas também ajudam a redefini-la, transcendendo a dicotomia entre centro e margem e revelando novas articulações entre o local e o global – o que vai ao encontro da proposta do que entendo ser literatura-

mundo. No já citado livro *What is World Literature?*, Damrosch propõe uma definição dinâmica e operacional de literatura-mundo como um processo relacional, argumentando não ser essa categoria um cânone fixo de obras universais, mas um modo de leitura e de circulação dos textos através das fronteiras culturais:

A literatura-mundo não é um cânone infinito e incompreensível de obras, mas sim um modo de circulação e de leitura, um modo que está ativo tanto no mundo em geral como dentro de cada leitor individual.

(...)

Uma obra entra na literatura-mundo através de um processo duplo: primeiro, *ao ser lida como literatura*; segundo, *ao circular num mundo mais amplo*, além do seu lugar de origem linguístico e cultural.

(Damrosch, 2003, p. 5-6, tradução e itálicos meus).⁶

Ou seja, uma obra partilha características da literatura-mundo quando circula para além de seu contexto original e ganha novos significados nas culturas que a recebem. Por isso, considero que o conceito de literatura-mundo, ao descrever um espaço transcultural, postos em comparação, em que diversas tradições literárias coexistem e podem dialogar, para além do tempo e da geografia, constitui uma possibilidade para a compreensão da literatura à escala planetária, rompendo as fronteiras nacionais e culturais que tradicionalmente delimita(va)m a produção literária. Nesse contexto, as literaturas africanas desempenham um papel fundamental, pois, além de serem vozes pós-coloniais que reconfiguram narrativas históricas, trazem à tona outras perspectivas, ditas locais (quer da história, quer do mundo), que ressoam com/como questões globais.

Literatura-mundo e literaturas africanas – entre a identidade nacional (local?) e a rede global

Atrás referi o meu desafio em buscar na crítica pós-colonial um fundamento teórico para questionar os pressupostos apriorísticos de certas visões preceptísticas do cânone literário, ao permitir analisar e confrontar os meandros ideológicos do *estético*.

Porém, referi também que hoje as literaturas africanas encontram-se num duplo movimento: por um lado, reivindicam pertenças locais, étnicas até, históricas, às vezes linguísticas, fortemente ancoradas em contextos nacionais ou geoculturais; por outro, aspiram a uma participação activa nas redes transnacionais de reconhecimento, tradução e circulação – como qualquer literatura (ainda que algumas não tenham esse desafio pelo facto de se erigirem a modelo do literário). Não sendo propriamente nova, a tensão entre esses dois pólos torna-se mais visível no contexto contemporâneo da globalização neoliberal e da economia simbólica da “literatura global”, tal como analisada por Pascale Casanova em *La République mondiale des lettres* (1999), cuja crítica à eurocentralidade da literatura-mundo se aproxima da de Ngũgĩ wa Thiong’o em *Globalectics*:

⁶Original:

A world literature is not an infinite, ungraspable canon of works but rather a mode of circulation and of reading, a mode that is active both in the world at large and within individual readers.

(...)

A work enters into world literature by a double process: first, *by being read as literature*; second, *by circulating out into a broader world beyond its linguistic and cultural point of origin*.

Theory and the Politics of Knowing (2012). A questão central é: como podem as literaturas africanas participar da circulação mundial sem perder a sua densidade local? Ou ainda: como evitar que o reconhecimento internacional dependa da adequação às expectativas exóticas do mercado editorial euro-americano, ocidental e ocidentocêntrico?

A essas questões Ngũgĩ wa Thiong’o busca responder em *Globalectics: Theory and the Politics of Knowing* (2012), um ensaio sobre a crítica literária, os estudos culturais e a filosofia do conhecimento, em que o escritor queniano discute a descolonização do saber, o papel da literatura na luta contra o colonialismo e o neocolonialismo, a política da tradução, as relações entre língua, poder e cultura e, o que me faz convocá-lo aqui, a dimensão mundial da literatura africana, e, portanto, a literatura-mundo. *Globalectics*, termo que combina o global e o dialético para descrever um diálogo mutuamente influente – ou “multi-logue” – entre fenômenos naturais e culturais num espaço global que transcende fronteiras nacionais e regionais, parte da necessidade de uma superação do binarismo local/global: em vez de pensar o local como resistência e o global como ameaça, Ngũgĩ propõe uma visão dialógica, na qual as literaturas africanas se afirmam como centros de enunciação autônomos, com epistemologias próprias, em comunicação crítica com o mundo. Para Ngũgĩ, a leitura *globaléctica* procura textos que atravessam o tempo e o espaço e pede que estes respondam ao nosso próprio tempo e espaço, encenando um encontro entre “o local e o global, o aqui e o ali, o nacional e o mundial” (2012, p. 60). Em *Globalectics*, Ngũgĩ propõe uma *cosmopolitização enraizada*, crítica e plurilinguística, na qual o saber e a literatura não circulam em torno de um centro, mas em um diálogo horizontal de alteridades. Tal proposta casa-se com a antiga sua defesa da escrita em línguas africanas, que vem de 1975, do “confronto” com Chinua Achebe, e que ele desenvolveria em *Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literatures* (1986): em *Globalectics*, ele afirma que o verdadeiro gesto de mundialização passa pela diversidade de vozes, pela recusa da tradução como imposição cultural e pelo estilhaçamento de formas literárias normativas, expressão do (franco)congolês Alain Mabankou e do escritor francês da Martinica Patrick Chamoiseau, que, no célebre manifesto *Pour une littérature-monde*, publicado em março de 2007, em *Le Monde Diplomatique*, propõem romper com a noção de “literatura francófona” – homóloga da “literatura lusófona”, em que a literatura portuguesa não parece estar incluída – como uma literatura “menor” dentro da literatura francesa (ou portuguesa). O manifesto reivindica, portanto, uma abertura das literaturas de língua francesa para além do eixo gaulês e das suas categorias normativas, com um espaço comum de criação linguística e estética onde o francês é uma língua entre outras – e não um centro normativo – e afirmam que “[c]om o centro relegado para o meio de outros centros, assistimos à formação de uma constelação, onde a língua, liberta do seu pacto exclusivo com a nação, doravante livre de qualquer outro poder que não os da poesia

e da imaginação, terá como fronteiras apenas as do espírito” (*Le Monde*, 16 março 2007). Não recusando a expressão *littérature-monde*, o manifesto reivindica o reconhecimento da pluralidade de experiências, imaginários e cosmologias em francês, vindas de territórios “periféricos” – a que venho chamando *margem*. Não por acaso Véronique Porra referir-se-ia ao manifesto⁷ como “discurso utópico” (Porra, 2008). Dez anos depois, como se de um balanço se tratasse, Mabanckou, um dos promotores, afirmou:

Julgo que a França sempre esteve atrasada na recepção e crítica das obras de escritores estrangeiros que escrevem em francês. O espaço anglófono é mais receptivo ao nosso discurso graças à abundância de investigadores em estudos francófonos. Por fim, tenho a impressão de que, em França, o manifesto foi percebido como um golpe de Estado que permitia aos francófonos se apropriarem da língua francesa. Da mesma forma, estudar em profundidade a literatura-mundo daria aos investigadores franceses o sentimento do fim de um discurso franco-centrado. (Mabanckou, 2025, tradução minha).⁸

E, neste contexto, é interessante notar a irreverência do escritor angolano João Melo no título do primeiro seu romance, *Será este livro um Romance?* (2022), apresentado, com peculiar acerto, como

Uma arrasadora paródia metaliterária e político-social, que não deixa pedra sobre pedra: as teorias, instituições e poderes literários e culturais; o eurocentrismo; os supremacismos, identitarismos e todos os excessos da contemporaneidade; os falsos reformismos. Mestre da ironia e do humor, assim como das técnicas narrativas pós-modernas, João Melo extrema-se numa construção inesperada e magistral, interpelando tais tendências com coragem e, ao mesmo tempo, compaixão e desconstruindo deliberadamente um certo pós-colonialismo folclórico, que limita os autores africanos a escolhas locais e de preferência exóticas. (Melo, 2022, contracapa).

Foi também por causa dessas “categorias normativas” que a obra *Vou lá visitar pastores* (1999), do angolano Ruy Duarte de Carvalho, fez correr tanta tinta sobre a que modalidade genológica pertenceria, por se tratar de um texto que, misturando descrição de práticas culturais, reflexões linguísticas, vivências pessoais e trechos com densidade literária próximos de uma narrativa romanesca, transita entre o romance, o ensaio antropológico e o relato de viagem etnográfico, não se encaixando rigidamente em nenhum desses “gêneros”. Um texto “fronteiriço”, híbrido (tudo lhe chamaram e eu acrescento um outro epíteto: *transgênero*), que põe em causa as fronteiras estanques entre ciência e arte – fronteiras que constituem um dos pilares da crítica eurocêntrica, ainda muito eivada de um iluminismo cartesiano⁹; um texto que questiona a própria autoridade do saber etnográfico e que pode ser *recebido* como auto-etnografia literária, ficção ensaística ou antropologia poética, é, quanto a mim, precisamente essa ambivalência (não ambiguidade), uma de suas maiores forças estilísticas e epistemológicas.

Na esteira desse debate, consolidou-se uma visão da literatura mundial como um efeito de recepção globalizada, uma rede policêntrica,

⁷ Os 44 assinantes do manifesto foram os seguintes: Muriel Barbery, Tahar Ben Jelloun, Alain Borer, Roland Brival, Maryse Condé, Didier Daeninckx, Ananda Devi, Alain Dugrand, Edouard Glissant, Jacques Godbout, Nancy Huston, Koffi Kwahulé, Dany Laferrière, Gilles Lapouge, Jean-Marie Laclavetine, Michel Layaz, Michel Le Bris, JMG Le Clézio, Yvon Le Men, Amin Maalouf, Alain Mabanckou, Anna Moï, Wajdi Mouawad, Nimrod, Wilfried N'Sondé, Esther Orner, Erik Orsenna, Benoît Peeters, Patrick Rambaud, Giséle Pineau, Jean-Claude Pirotte, Grégoire Polet, Patrick Reynal, Jean-Luc V. Raharimanana, Jean Rouaud, Boualem San sal, Dai Sitje [sic], Brina Svit, Lyonel Trouillot, Anne Vallaëys, Jean Vautrin, André Vel ter, Gary Victor, Abdourahman A. Waberi.

⁸ Original: Je crois que la France a toujours été en retard dans la réception et la critique des œuvres des écrivains venus d'ailleurs et écrivant en français. L'espace anglophone est plus réceptif à notre discours grâce à l'abondance des chercheurs en études francophones. Enfin, j'ai comme l'impression qu'en France on a perçu le manifeste comme un coup d'Etat qui permettrait aux francophones de s'emparer de la langue française. De même, étudier en profondeur la littérature-monde donnerait le sentiment aux chercheurs français de la fin d'un discours franco-centré.

⁹ Utilizo deliberadamente esta expressão e não “racionalismo cartesiano” ou até “racionalismo iluminista”, como pareceria mais correcto, porque em sentido metafórico pretendo associar o racionalismo extremo do Iluminismo a uma visão mecanicista e eurocêntrica do mundo, de que os estudos literários não são isentos.

dinâmica e em tensão permanente entre local e global, identidade e circulação. Para as literaturas africanas, esse contexto oferece oportunidades, mas também impõe desafios – especialmente no que diz respeito à permanência das hierarquias herdadas do colonialismo cultural.

A questão da identidade nacional, por sua vez, continua presente nas produções literárias africanas, portanto, ainda neste contexto pós-colonial. Como não podia deixar de ser, num mundo em que as relações coloniais assumiram novas modalidades, mas não se desvaneceram: na verdade, a *Eurafrique* (palavra que utilizo na sequência de *Françafrique*, que designa a continuidade da influência francesa em África), foi tomando formas diferentes na suas relações de poder globais e regionais. Contudo, há uma clara reconfiguração desse nacionalismo literário – que Ngũgĩ designa “os coletes de força do nacionalismo” (Thiong’o, 2012, p. 8, tradução minha)¹⁰ – em direção a formas mais flexíveis de pertencas diversas (como os citados Chamoiseau e Mabanckou ou os autores afropeus, que tenho vindo a descobrir, cujas pertencas não excluem, necessariamente, as suas geografias ancestrais, razão por que se pode falar em literaturas africanas da diáspora).

Parece uma afirmação *lapalissiana* a de Felwine Sarr segundo o qual “[o] continente africano é diverso” (2019, p. 26). Com efeito, estudiosos africanos já o disseram vezes sem fim, com expressões jocosas como *Africa is not a country!*, Chinua Achebe, por exemplo, já ensaiava, há muitas décadas (1983), em *The Trouble with Nigeria*, uma crítica à visão homogeneizante da identidade nacional, redentora, propondo uma literatura plural e em movimento. Achebe revela as contradições internas, exclusões e fragilidades histórico-sociais e culturais (e o seu romance *Things Fall Apart*, de 1968, é um exemplo emblemático) – o que o torna central para pensar identidades nacionais plurais, fragmentadas e, até, em disputa:

Um distinto cientista político de uma área “minoritária” do sul declarou há alguns anos que a Nigéria tem um problema igbo. É claro que todos os grupos étnicos representam um problema para a fácil conquista da coesão nacional pela Nigéria. Porém, o erudito professor sem dúvida via os igbo como um irritante particular, um espinho especial na carne do corpo político nigeriano.

Os nigerianos de outros grupos étnicos provavelmente chegarão a um consenso apenas sobre o seu ressentimento comum em relação aos igbo (...) A origem do ressentimento nacional em relação aos igbo é tão antiga quanto a Nigéria e igualmente complicada. (Achebe, 2005, p. 56-57, tradução minha).¹¹

Achebe tece essas considerações sobre a Nigéria. Porém, *mutatis mutandi*, elas podem aplicar-se a muitos países continentais africanos. É, portanto, preciso actualizar essa perspectiva de uma identidade africana reificada, explorando deslocamentos, hibridismos, trânsitos e diásporas sem que isso signifique desconsiderar os vínculos com

¹⁰ Original: the straightjackets of nationalism

¹¹ A distinguished political scientist from a “minority” area of the south pronounced some years ago that Nigeria has an Igbo problem. Every ethnic group is of course something of a problem or Nigeria’s easy achievement of cohesive nationhood. But the learned professor no doubt saw an Igbo as a particular irritant, a special thorn in the flesh of the Nigerian body-politic. Nigerians of other ethnic groups will probably achieve consensus on no other matter than their common resentment of the Igbo (...) The origin of the national resentment of the Igbo is as old as Nigeria and quite as complicated.

os contextos de origem. É por isso legítimo que a própria formulação “literatura africana” possa suscitar questionamentos. Como lembra Achille Mbembe, em *Sortir de la grande nuit* (2010), o continente africano é múltiplo – ou, como dissera Leonel Cosme numa miscelânea intitulada *Muitas são as Áfricas* (2006) – e a sua representação em bloco acaba por apagar as singularidades linguísticas, históricas e culturais, externas, mas também internas. E essa homogeneização é estratégica, porque desfaz a complexidade das sociedades africanas, transformando-as em objecto simples de interpretação, sobre o qual qualquer académico se julga conhecedor. As literaturas africanas são, portanto, tantas quantas as Áfricas – e o seu lugar no mundo não pode ser pensado em termos de absorção ou assimilação a uma “literatura global”, mas de contribuições singulares à pluralidade de modos de contar o mundo.

Por fim, se é verdade que a literatura-mundo oferece novas possibilidades de visibilidade e circulação, também é necessário estar atento às lógicas de poder que estruturam essa rede e a que Cláudio Guillén já se referia na sua crítica a Damrosch (Mata, 2020). E embora se saiba que a universalização literária muitas vezes disfarça formas subtis de dominação cultural, linguística e epistemológica, a literatura africana pode funcionar como contra-narrativa, holisticamente falando, forçando o gesto de descentralização crítica, reposicionando o *centro* a partir de múltiplas *margens*.

A terminar: A literatura africana e o reposicionamento a partir da *margem*

Em tempo de encaminhar para o final desta reflexão, afirmo a minha convicção – e trata-se de uma convicção ética e epistemológica – de que a universalidade não se alcança pela repetição do mesmo, mas pela pluralidade dos caminhos de pensamento. Por isso me propus, talvez temerariamente, a pensar a descentralização do que se entende como sendo *global* a partir de perspectivas africanas. A partir de uma outra gramática do futuro (Sarr, 2019), em que a imaginação africana se inscreva como centro criador e não apenas como reflexo, afirmo que, através da produção literária e da sua fortuna crítica endógena, a literatura africana contemporânea tem desempenhado um papel fundamental no reposicionamento simbólico, político e epistemológico das *margens* em relação ao *centro*. Tradicionalmente marginalizada pelas estruturas canónicas eurocentradas, na academia e fora dela (pela crítica jornalística também), essa produção textual emergiu como um espaço privilegiado de crítica, resistência e invenção de novas formas de narrar o mundo a partir de geografias, cosmovisões e temporalidades historicamente subalternizadas.

Ao escrever desde a *margem* (a não ser que vivam na Europa, como Chimamanda Ngozi ou os euro-descendentes), autores africanos não apenas denunciam os legados do colonialismo, como também reformulam os termos de pertença e de agências. Em vez de pleitear

reconhecimento dentro das lógicas impostas pelo *centro* – seja ele Paris, Londres ou Lisboa –, muitos desses escritores constroem poéticas que afirmam cosmologias próprias, estratégias de linguagem enraizadas em tradições orais e experiências africanas e, muito importante, um compromisso com o presente vivido em suas complexidades políticas, sociais e culturais.

Esse movimento de reposicionamento é visível tanto na escolha dos temas quanto na forma. Escritores como Paulina Chiziane (Moçambique), Chimamanda Ngozi (Nigéria), Boaventura Cardoso (Angola), Orlando Piedade (São Tomé e Príncipe) ou Yasmina Khadra (Argélia) desafiam categorias estanques como “nação”, “modernidade” ou “universalismo”, reconfigurando os mapas da literatura-mundo a partir de epistemes africanas. A margem, nesse contexto, deixa de ser um lugar de ausência ou de atraso e passa a ser um ponto de partida para uma reimaginação crítica do mundo – um assumido lugar de enunciação, de onde se interrogam os centros e se propõem novas centralidades. Esse movimento de reposicionamento também está no cerne da proposta de Felwine Sarr, em *Afrotopia*, quando o autor senegalês defende a criação de um futuro africano descolonizado da obsessão com o modelo ocidental de desenvolvimento, noção por si questionada, como sendo eurocêntrica e com finalidade de manutenção da dominação, sobretudo económica, mas também epistemológica e cultural – de que decorre o perverso binómio tradição/modernidade. A literatura, nesse contexto, não apenas reflecte, mas projecta horizontes: é uma tecnologia da imaginação política.

Assim, a literatura africana contemporânea não reivindica apenas um lugar à mesa global das letras, numa *república das letras*, mas também questiona a própria mesa: a sua história, os seus critérios, os seus agentes e os seus silêncios. Reposicionar-se a partir da *margem* é, portanto, mais do que ocupar espaço: é intervir nas formas como o cânone é concebido, legitimado, imposto e partilhado. Trata-se de uma descentralização – pode-se chamar-lhe *descolonização* – que opera no nível do discurso, da imaginação e da política do conhecimento.

Rio de Janeiro, Setembro de 2024/Lisboa, Fevereiro-Março de 2025

Referências

ACHEBE, Chinua. *The Trouble with Nigeria*. Michigan: Michigan State University Press, 2005.

ADICHE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CASANOVA, Pascale. *La république mondiale des lettres*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

COSME, Leonel. *Muitas são as Áfricas*. Lisboa: Novo Imbondeiro Editores, 2006.

DAMROSH, David. World literature in a postcanonical, hypercanonical age. In: SAUSSY, Haun (ed.). *Comparative literature in an age of globalization*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006. p. 43-53.

DAMROSCH, David. *What is World Literature?* Princeton: Princeton University Press, 2003.

FORSICK, Charles. “Littérature-monde en français”: ten years on. Un entretien avec Alain Mabankou et Abdourahman Waberi. *Translating Cultures*, Jun. 14, 2025 Disponível em: <https://translating.hypotheses.org/745>. Acesso em: 10 de Março de 2025.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 149-160, 2008.

MATA, Inocência. Estudos literários africanos e literatura-mundo: reflexão sobre a epistemologia da crítica literária. *Revista Brasileira de História*, v. 43, n. 93, p. 43-60, 2023.

MATA, Inocência. A mais-valia epistemológica da categoria Literatura-Mundo comparada nos estudos literários e pós-coloniais. *Estudos de Sociologia*, v. 1, n. 26, p. 111-135, 2020. (Dossiê Produções Culturais Contemporâneas: Sociedade, Política, Cultura e a Construção de Significados).

MATA, Inocência. O universal e o local nas literaturas africanas: uma dicotomia sem suporte. *Revista ECOS: Estudos Linguísticos e Literários*, v. 1 n. 2, p. 11-21, 2004.

MATA, Inocência. Literatura-mundo em português: encruzilhadas em África. *1616: Anuario de Literatura Comparada* (Ediciones Universidad de Salamanca), n. 3, p. 103-118, 2013.

MBEMBE, Achille. *Sortir de la grande nuit: Essai sur l’Afrique décolonisée*. Paris: La Découverte, 2010.

MELO, João. *Será este livro um romance?* Lisboa: Caminho, 2022.

PORRA, Véronique. «Pour une littérature-monde en français»: Les limites d'un discours utopique. *Intercâmbio – Revista do Instituto de Estudos Franceses da FLUP*, 2ª série, n. 1, p. 33-54, 2008.

SARR, Felwine. *Afrotopia*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

STASZAK, Jean-François. Qu'est-ce que l'exotisme? *Le Globe: Revue genevoise de géographie*, v. 148, p. 7-30, 2008.

THIONG'O, Ngũgĩ wa. *Globalectics: theory and the politics of knowing*. New York: Columbia University Press, 2012.

THIONG'O, Ngũgĩ wa. *Writers in politics: a re-engagement with issues of literature and society*. A Revised & Enlarged Edition. Oxford; Nairobi: Heinemann, 1997.

Decolonizing the Global: African Perspectives on World Literature

Abstract

This article offers a critical reflection on the place of African literatures within the contemporary framework of so-called world literature, as articulated by the Institute for World Literature (IWL, Harvard University), drawing on the theoretical work of David Damrosch. The analysis is grounded in the hypothesis that contemporary African literature engages in a dual movement: on the one hand, it reaffirms historical, cultural, and linguistic affiliations shaped by struggles for national affirmation; on the other, it enters critical dialogue with the world literary system, while remaining subject to hierarchical logics inherited from coloniality. Taking as a point of departure Chimamanda Adichie's notion of "the danger of a single story," which challenges reductive stereotypes and advocates for the re-inscription of African voices into transnational grammars, the article develops a theoretical reflection based on authors such as Dipesh Chakrabarty (Provincializing Europe, 2000), whose project of decolonizing thought seeks to render visible alternative histories and epistemologies without subordinating them to the Western model of modernity; Ngũgĩ wa Thiong'o, who proposes the decolonization of language and imagination as a precondition for genuine globalization (Globalectics, 2012); and Felwine Sarr, whose Afrotopia (2019) outlines a vision of African modernity rooted in local epistemes and future-oriented imaginaries. Collectively, these contributions point to the urgency of reconfiguring the terms of global literary belonging. From this perspective, the article contends that African literatures should not be regarded as peripheral to the world literary system, but rather as discursive centers in their own right – capable of reorienting how we conceptualize the literary, historical time, and universality. It interrogates world literature as a model of uncritical inclusion and instead proposes a conception of globality grounded in the radical diversity of worldviews and voices. The conclusion asserts that the repositioning of African literatures does not occur through assimilation into the norms of the center, but through their capacity to formulate alternative centralities – rooted, plural, and insurgent. The gesture of world-making from Africa is thus not only literary, but also political and epistemic, calling for a thorough rethinking of the categories of global literary criticism.

Keywords: African literatures; world literature; global networks; transnational spaces; decolonization of the canon and knowledge.